



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796  
CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:  
contato@previsomt.com.br

**CONTRATO Nº 014/2021  
Dispensa de Licitação nº. 009/2021**

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O PREVISÓ – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SORRISO - MT E A EMPRESA IF CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI.

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Sorriso, Estado de Mato Grosso, na cidade de Sorriso, de um lado o **PREVISÓ – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 32.946.188/0001-51, neste ato representado pelo Diretor Executivo em exercício, o Sr. **Adélio Dalmolin**, em pleno exercício de seu mandato e funções, CPF nº 067.755.199-15, doravante denominado “**CONTRATANTE**”, e do outro lado a empresa IF CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.541.510/0001-20, estabelecida na Avenida José Monteiro de Figueiredo, n.º 212, Edifício Goiabeiras Executive Center, Sala 401, Bairro Duque de Caxias, cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. IGOR FRANÇA GARCIA, portador do CIRG n.º 11886852 SSP/MG e CPF n.º 013.475.576-60, doravante denominada “**CONTRATADA**”, neste ato denominado simplesmente CONTRATADA; têm entre si justo e contratado o que se segue e mutuamente concordam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PROCEDIMENTO**

1.1.O presente contrato obedece aos termos da Dispensa de Licitação nº 009/2021, bem como da Proposta de Preço apresentada pela **CONTRATADA**, bem como suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO E SUAS CARACTERÍSTICAS**

2.1. O objeto do presente contrato é a “**Prestação de serviços técnicos de Assessoria de investimentos e consultoria econômica em relação ao mercado financeiro para o PREVISÓ, conforme descritos no termo de referência**”, compreendendo os seguintes serviços:

▪ **Relatórios e Pareces Periódicos:**

- PAI – Política Anual de Investimentos – Conforme art. 4º da Resolução CMN 3922/2010, elaboração do PAI e auxílio no preenchimento do DPIN – Demonstrativo da Política Anual de Investimento, via CADPREV/WEB;
- Relatório Anual de Investimentos – Conforme exigido pelo art. 3º, III, da Portaria MPS 519/2011 e no Balanço Anual pelos Tribunais de Contas, o Relatório contém análise da carteira de investimentos, o desempenho de cada aplicação financeira, análise de risco e o cumprimento da Meta Atuarial entre outros;
- Demonstrativo Analítico de Investimentos – Exigido no Balanço Anual pelos Tribunais de Contas, conforme Portaria MPS 916/2003;
- Nota Explicativa dos Investimentos – Exigido no Balanço Anual pelos Tribunais de Contas sobre as Demonstrações Financeiras contendo informações sobre os investimentos do RPPS e os efeitos no seu patrimônio líquido;
- Relatórios Semestrais de Investimentos – Conforme exigido pelo art. 3º, III, da Portaria 519/2011 e pelos Tribunais de Contas, detalhando a rentabilidade e os riscos das



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796

CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:

contato@previsomt.com.br

diversas modalidades de operações realizadas pelo RPPS com títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis;

○ Relatórios Trimestrais de Investimentos – Conforme exigido pelo art. 3, V da Portaria MPS 519/2011 e pelos Tribunais de Contas, detalhando a rentabilidade e os riscos das diversas modalidades de operações realizadas pelo RPPS com título, valores mobiliários e demais ativos alocados nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóveis;

○ Relatórios Mensais de Investimentos – Conforme exigido pelo art. 3º, II, da Portaria MPS 519/2011 e pelos Tribunais de Contas, analisando as aplicações da carteira de investimento do RPPS, sua rentabilidade, o enquadramento dos fundos e sugerindo novas aplicações, caso as pertencentes pelo RPPS não estejam atendendo a necessidade de cumprimento da Meta Atuarial;

○ Pareceres Avulsos – Análise de novos fundos de investimentos e quando houver qualquer alteração na legislação vigente dos investimentos que envolvem os RPPS e mudanças no cenário macroeconômico.

▪ **Credenciamentos de Administrador/Gestor; Distribuidor, Fundo de Investimento, Prestadores de Serviços** – elaboração e atualização dos Termos de Análise de Credenciamento e atestado de Credenciamento (completo ou simplificado) do Administrador/Gestor, Distribuidor, do Administrador/Gestor do Fundo de Investimento, Prestadores de serviços e consultoria de investimentos, conforme exigidos pela Portaria MPS 519/2011 e Resolução CMN 3.922/2010.

▪ **Demonstrativos – DPIN, DAIR, DIPR:**

○ **DPIN** - DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS- Conforme Art. 4 da Resolução CMN 3922/2010. Elaboração do PAI e auxílio no preenchimento do DPIN - Demonstrativo da Política Anual de Investimento, via CADPREV/Web;

○ **DAIR** - DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO E RESGATE DOS INVESTIMENTOS - Conforme exigido pelo art. 3º, III da Portaria MPS 519/2011 e no Balanço Anual pelos Tribunais de Contas. O Relatório contém análise da carteira de investimentos, o desempenho de cada aplicação financeira, análise de risco e o cumprimento da Meta Atuarial;

○ **DIPR** - DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E REPASSES - Conforme Art. 6 da Portaria MPS 21/2013. As bases de cálculo, os valores arrecadados e outras informações necessárias à verificação do cumprimento do caráter contributivo e da utilização dos recursos previdenciários serão enviados pelo ente federativo à SPPS, por meio do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR - CADPREV;

○ **Palestra** para os responsáveis pelo RPPS, conselheiros e servidores municipais, apresentando o comportamento das aplicações financeiras, cumprimento da meta atuarial, análise do cenário econômico em data a ser agendada pelo Previso e Contratado.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1.** A presente contratação se dá em regime de prestação de serviços sem vínculo empregatício, por regime de preço global.

### **CLÁUSULA QUARTA: DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO**



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796

CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:

contato@previsomt.com.br

4.1. Os Serviços contratados deverão ser executados pelo período de 12 meses, com início dos trabalhos a partir da assinatura do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

5.1. O presente contrato terá vigência a partir do dia de sua assinatura até o dia 05 de Outubro de 2022, podendo ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE nos termos da legislação pertinentes à licitações e contratos públicos, bem como poderá ser prorrogado por termo aditivo, nas hipóteses previstas no artigo 57 §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante prévia justificativa.

**CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. Fica estipulado entre as partes o valor de **R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais), que serão pagos em parcelas mensais e consecutivas, conforme descritas:

- a) 26 dias de Outubro/2021 (06/10/21 a 31/10/21) – **R\$ 1.230,11**
- b) 11 parcelas mensais (novembro/2021 a Setembro/2022) – **R\$ 1.466,66**
- c) 05 dias de Outubro/2022 (01/10/22 a 05/10/22) – **R\$ 236,63**, sendo que todas as parcelas com vencimento sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços contratados.

6.2. O pagamento só será efetuado mediante apresentação da documentação fiscal, devidamente atestada pela administração.

6.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a CONTRATADA, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo que o prazo para pagamento fluirá após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

6.4. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.7 Caso a contratante não quite os valores devidos na data aprezada, incidirá até a data do efetivo pagamento, correção monetária nos índices fixados pelo INPC.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

7.1. O Contrato poderá ser alterado e revisto seus preços de acordo com o estabelecido no Artigo 65 e seus parágrafos da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA: DA REVISÃO DE PREÇOS**

8.1. Os preços praticado manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do presente contrato, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. À CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular a administração requerimento para a revisão dos preços contratados, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796

CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:

contato@previsomt.com.br

**8.3.** Os preços praticados poderão sofrer alterações obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**8.4.** O preço contratado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens contratados, cabendo a CONTRATANTE negociar junto aos fornecedores.

**8.5.** A cada pedido de revisão de preço deverá à CONTRATADA comprovar e justificar as alterações havidas à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

**8.6.** Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o CONTRATANTE adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

**8.7.** O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Contratada serão mantidos durante toda a vigência do contrato. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste contrato.

**8.8.** Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o PREVISÃO solicitará a contratada, mediante correspondência, redução do preço contratado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

**8.9.** Não serão reconhecidos e nem analisados pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido.

**8.10.** Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços inexequíveis (mergulho) propostos durante a licitação. Solicitações dessa natureza serão apenas analisadas, porém indeferidas pela Administração.

**8.11.** Para todos os efeitos, contar-se-á o prazo para concessão de reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, a partir do dia em que a contratada manifestar-se perante a Administração. Sob nenhum pretexto haverá reajuste e/ou reequilíbrio econômico-financeiro retroativo. Não haverá reajuste/ reequilíbrio econômico automático, devendo, por conseguinte, haver o requerimento da empresa.

**8.12.** É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste contrato.

**CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Orçamento do Previso.

COD RED	ÓRGÃO	DOTAÇÃO	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
10	16.001	09.272.0046	2173	33.90.35.00.00.00

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796

CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:

contato@previsomt.com.br

**10.1.** A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços contratados rigorosamente de acordo com as disposições previstas neste contrato, obedecendo integralmente às normas técnicas vigentes ou fornecidas pelo município, e ainda:

**10.1.** Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização do PREVISO, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo.

**10.2.** Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pelo PREVISO, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

**10.3.** Manter na execução dos serviços, o pessoal profissional e qualificado, bem como o equipamento necessário, podendo, porém a fiscalização do Previso exigir em ambos os casos e a qualquer momento, o aumento, substituição ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;

**10.4.** Prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados;

**10.5.** Prestar atendimento por telefone e acesso remoto;

**10.6.** Prestar atendimento “in loco” de imediato quando solicitado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento do comunicado oficial.

**10.7.** Havendo ausência ou impedimento de algum profissional a empresa deverá substituí-lo imediatamente por outro igualmente qualificado e habilitado tecnicamente através de comprovação documental a ser apresentada e com a aprovação da contratante;

**10.8.** Responsabilizar-se pelo pagamento dos vencimentos dos seus funcionários, bem como, pelo cumprimento de todas as obrigações legais de qualquer natureza para com os mesmos, notadamente àquelas referentes às leis trabalhistas, ficando, dessa forma, expressamente excluída a responsabilidade da CONTRATANTE, sobre o direito aos quais fazem jus esses trabalhadores em razão dos serviços prestados;

**10.9.** Responsabilizar-se por todo e qualquer ato e omissão praticados pelos seus empregados no desempenho de seus serviços, contra a administração, seus servidores e/ou terceiros, bem assim no que concerne aos danos a que vier causar a CONTRATANTE;

**10.10.** Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, tributária e trabalhista, bem como, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores;

**10.11.** Prestar atendimento ao objeto deste, em 48 horas, desde que solicitado pelo PREVISO;

**10.12.** Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, inclusive, prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;

**10.13.** Comunicar à Administração, por escrito no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, a contratada de cumprir seus deveres e responsabilidades relativas à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivo superveniente.

**10.14.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**10.15.** Não realizar subcontratação total ou parcial do fornecimento, sem anuência do PREVISO. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelas entregas e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas.

**10.16.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da Ata de Registro de Preço ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante.



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796

CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:

contato@previsomt.com.br

**10.17.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente Contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Previso.

**10.18.** Aceitar nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

**10.19.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, sob pena de rescisão contratual;

**10.20.** Executar os serviços de acordo com o prazo e condições avençados no presente contrato.

**10.21.** Assumir toda a responsabilidade civil sobre a execução dos serviços objeto deste contrato;

**10.22.** Efetuar as modificações decorrentes de imposição legal a serem inseridas nos softwares, sem ônus para a CONTRATANTE, de modo que a implementação ocorra a tempo de ser atendida a determinação contida na lei, decreto ou regulamento pertinente;

**10.23.** Permitir e facilitar a inspeção pela fiscalização, auditoria dos órgãos responsáveis, inclusive prestar informações e esclarecimentos quando solicitados, sobre quaisquer procedimentos atinentes à execução dos serviços;

**10.24.** Guardar absoluto sigilo sob todas as informações recebidas da CONTRATANTE, tal qual como daquelas por si levantadas aos quais não poderão ser utilizadas para finalidades outras que não a do cumprimento do contrato.

**10.25.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo PREVISÃO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

**10.25.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.

**10.26.** Colocar seus consultores técnicos internos e externos a disposição da CONTRATANTE, quando necessário, para prestar acompanhamento técnico nas áreas dos serviços contratados;

**10.27.** Manter na execução dos serviços, o pessoal profissional e qualificado, bem como o equipamento necessário, podendo, porém a fiscalização do PREVISÃO exigir em ambos os casos e a qualquer momento, o aumento, substituição ou redução dos mesmos, de acordo com as necessidades detectadas;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**11.1.** O CONTRATANTE se responsabilizará em:

a) oferecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar o objeto contratado.

b) efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados neste contrato.

c) designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do contrato, nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93.

d) notificar, por escrito, à CONTRATADA a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

e) fiscalizar livremente a execução, não eximindo a CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução das mesmas.

f) acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos serviços fora das especificações deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES E MULTAS CONTRATUAIS**



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796  
CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:  
contato@previsomt.com.br

**12.1.** Fica atribuída a CONTRATADA em caso de não cumprimento com as suas obrigações assumidas ou preceitos legais através do presente instrumento as seguintes penalidades:

- a) Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da contratação;
- b) Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento), sobre o valor da contratação, aplicado sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;
- c) No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

**12.2.** Ocorrendo a inexecução total ou parcial da entrega dos serviços, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

- a) Advertência por escrito;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao Previso;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Estado de Mato Grosso por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

**12.3.** Se a CONTRATADA não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do PREVISÃO, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Autarquia;

**12.4.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a CONTRATADA da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao PREVISÃO.

**12.5.** As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

**12.6.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

**12.7.** Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 11.2. letras “c” e “d”, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**13.1.** Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 58, Inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e seus complementos, ficam conferidos à CONTRATANTE prerrogativas para a rescisão unilateral do presente instrumento, independente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

- a)- no caso de dolo, simulação ou fraude na entrega dos serviços;
- b)- inobservância das normas, leis e diretrizes que regem a presente contratação;
- c)- o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796  
CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:  
contato@previsomt.com.br

- d)- o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;
- e)- a lentidão de seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços nos prazos estipulados;
- f)- razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas
- g)- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução do presente contrato;
- h)- por iniciativa das partes, mediante notificação por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias, desde que todos os compromissos assumidos estejam cumpridos até tal data.
- j) a não manutenção de todas as condições de habilitação, previstas no “item 9” deste edital.

**13.2.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, previstos no Art. 77, da Lei Federal 8.666/93, e assume integral responsabilidade por todos os prejuízos que a rescisão por sua culpa acarretar, além do pagamento da multa contratual estabelecida neste termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento da execução do contrato, designando formalmente, para esse fim, um representante, como Fiscal do Contrato, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas da parte contratada, cabendo-lhe o recebimento e “atesto” dos serviços e o encaminhamento do(s) recibo(s) para pagamento na forma estabelecida neste contrato.

**14.2.** As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas, pela CONTRATANTE, no livro de ocorrências, constituindo tais registros, documentos legais.

**14.3.** Os fiscais de contrato serão nomeados através de Portaria com o fim específico de fiscalizar a execução dos serviços objeto desse contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Este contrato obedecerá às determinações da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8883/94 e demais disposições aplicáveis quando couber.

**15.2.** A CONTRATADA declara não ter nenhum impedimento legal para exercer suas atividades comerciais, se responsabilizando integralmente por esta informação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO**

**16.1.** Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Sorriso - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

**16.2.** E por estarem justos e contratados, as partes passam a assinar o presente instrumento por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas para todos os fins de direito na presença de 02 (duas) testemunhas.

Sorriso - MT, 06 de Outubro de 2021.



**FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DOS SERVIDORES DE SORRISO-MT**

**CNPJ: 32.946.188/0001-51**

Rua Alta Floresta, 53 – Centro – Fone: (66) 3544-2845 / 3544-8796

CEP 78890-000 – Sorriso – Mato Grosso – e-mail:

contato@previsomt.com.br

**PREVISO – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE  
SORRISO - MT**

**DIRETOR EXECUTIVO**

Adélio Dalmolin

**EMPRESA – IF CONSULTORIA ATUARIAL EIRELI**

**PROMITENTE FORNECEDORA**

Igor França Garcia

**Testemunhas**

1 – Nome:  
CPF:

2 – Nome:  
CPF: